
DIFERENÇAS SÓCIO-ESPACIAIS ENTRE HOMENS E MULHERES CHEFES DE DOMICÍLIO DE BELO HORIZONTE, 2000

Socio-spatial differences between male and female headed households of Belo Horizonte, 2000

Alexandre M. A. Diniz
José Flávio Morais Castro

Professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia
Tratamento da Informação Espacial – PUCMinas

RESUMO: *O presente trabalho investiga os diferenciais sócio-espaciais entre os chefes de domicílio homens e mulheres de Belo Horizonte através do uso de ferramentas estatísticas e de geoprocessamento. Os resultados revelam que, de modo geral, as mulheres apresentam-se em condição inferior aos homens nos quesitos educação e renda. Por outro lado, as mulheres encontram-se inseridas em contextos espaciais mais favoráveis do que os homens, gozando de melhor acesso à infra-estrutura urbana.*

Palavras-chave: gênero, domicílio, análise sócio-espacial

ABSTRACT: *The present work investigates the social and spatial differentials between male and female headed household in Belo Horizonte with the help of statistical and geo processing tools. Results reveal that overall women display lower levels of education and income when compared to men. On the other hand, women are inserted in more favorable spatial contexts, enjoying better accesses to urban infrastructure.*

Key-words: gender, household, social-spatial analysis

1. Introdução

Até recentemente as generalizações sobre a condição humana, sobretudo os aspectos sociais, eram construídas, em grande parte, a partir da experiência masculina. Neste sentido figuram boa parte das descrições e análises sobre desenvolvimento econômico, expansão territorial, assentamento urbano e rural, que

assumem a perspectiva masculina como representativa da condição humana.

No caso específico da geografia, Hanson e Pratt (1988) demonstram que parte da negligência em relação às mulheres vem da noção equivocada de “domicílio” e “trabalho” como esferas independentes. Esta divisão se dá, em grande parte, devido à especialização das sub-disciplinas geográficas que conferiu à

geografia econômica a responsabilidade pelo estudo do “trabalho”, enquanto ficaria a cargo da geografia social os processos subjacentes aos domicílios. Fato é que historicamente a geografia econômica deu maior ênfase ao estudo das localizações industrial, comercial e de serviços, enfatizando-se assim a dimensão “trabalho”. Por outro lado, a geografia social tem focado o ambiente residencial, as habitações e vizinhanças. As autoras argumentam que um outro fator responsável pela negligência em relação à condição feminina é a maneira sexista em que o “trabalho” é encarado. Este tem sido considerado como *locus* eminentemente masculino, enquanto no “domicílio” a mulher reina soberana.

Tal visão é incapaz de dar conta da nova realidade, marcada por uma crescente participação feminina no mercado de trabalho e por uma profunda reestruturação da família. Essa tendência se faz presente em diversos contextos, sobretudo no Brasil onde, por exemplo, tem caído de forma expressiva o percentual de arranjos domésticos formados por casal e filhos, enquanto a proporção de famílias monoparentais e de indivíduos vivendo de maneira independente cresce a cada dia. Concomitantemente, cresce o número de divórcios, separações e uniões consensuais, o que reforça e acerba as mudanças estruturais em curso (CNPQ, 1999).

Em resposta a essa desconsideração histórica, uma geografia feminista emergiu em diversos contextos nos últimos anos, incluindo a Grã Bretanha, Holanda, Espanha, França, Austrália e Índia, entre outros. Esta produção literária aborda temas recorrentes e pode ser agrupada em três eixos temáticos. Primeiramente, existe uma preocupação no sentido de expandir o conhecimento sobre a condição feminina. Aqui os esforços se concentram na compreensão do papel social e

disponibilidade de dados sobre as mulheres (Gober, 1994). Um outra ênfase tem sido o de integrar informações acerca da condição feminina com a teoria geográfica, colocando as mulheres como agentes ativos na produção do espaço (Hanson, 1992; McDowell, 1993a; 1993b). Por fim, existe um grupo de estudos dedicados a representar as mulheres como um grupo em desvantagem, denunciando as diferenças sociais em relação aos homens (Gruntfest, 1990).

O presente trabalho afiniza-se com a última escola, uma vez que tem por objetivo produzir uma análise comparativa entre a condição sócio-espacial dos chefes de domicílio masculinos e femininos de Belo Horizonte. Ênfase será dada à uma abordagem espacial, com auxílio de técnicas estatísticas e de geoprocessamento, nas quais variáveis contextuais serão evocadas para melhor compreender a distribuição espacial e social de homens e mulheres na capital mineira.

Tal iniciativa se justifica na medida em que o presente estudo, além de revelar diversos aspectos obscurecidos pelo consistente descaso histórico em relação à condição feminina, proporcionará também subsídios à construção de políticas públicas mitigadoras do abismo sócio-espacial entre os dois grupos, revelando padrões de distribuição espacial específicos a partir do geoprocessamento.

2. Geografia e gênero

A produção literária sobre as diferenças sociais entre homens e mulheres tem crescido nos últimos anos. Dentro do universo de estudos dedicados a denunciar o caráter desfavorável no qual as mulheres se encontram, figuram aqueles que enfatizam os diferenciais em relação à mobilidade intra-urbana. Baseado na realidade de Tucson, Arizona, Rosenbloom e Burns (1989)

revelaram que as mulheres são mais propensas a dirigir até o local de trabalho do que os homens, apesar de, na média, morarem mais próximas aos locais de trabalho. É também curioso constatar que apesar de viverem mais próximas ao local de trabalho, o tempo médio de deslocamento entre residência e trabalho das mulheres é superior ao dos homens. Tais inconsistências são explicadas pelo acúmulo de funções sociais desempenhadas pelas mulheres, uma vez que além do trabalho assalariado, as mulheres mantêm a responsabilidade pelo cuidado dos filhos e manutenção da casa. Portanto, ao longo dos deslocamentos entre residência e trabalho, uma miríade de tarefas é realizada, tais como visitas ao supermercado, médico das crianças, reuniões entre pais e professores, etc.

Do outro lado do oceano Atlântico, Pickup (1992) debruça-se sobre as diferenças em relação à mobilidade intra-urbana na Grã Bretanha. A autora revela que enquanto 68% dos homens detêm carteiras de motorista, apenas 30% das mulheres gozam do mesmo status. Isso faz com que as mulheres sejam mais dependentes dos sistemas públicos de transporte, o que naturalmente vem restringindo a mobilidade intra-urbana e conseqüentemente o acesso ao mercado de trabalho.

Pickup (op.cit.) argumenta que a baixa mobilidade feminina e as dificuldades de inserção no mercado de trabalho estão vinculadas ao papel social conferido às mulheres. As responsabilidades sociais de atender às crianças e cuidar do lar são lembradas pela autora como fatores limitadores do acesso ao mercado de trabalho, sem contar os constrangimentos e medo de serem sexualmente assaltadas e/ou assediadas em locais públicos, o que também restringe a mobilidade feminina.

Hanson e Johnston (1985) avançam a discussão sobre a mobilidade intra-urbana

argumentando que, além dos motivos mencionados por Pickup (op.cit.), as mulheres tendem a trabalhar mais próximas aos lares também em função dos baixos salários que recebem. De modo geral, apesar das mulheres comporem aproximadamente a metade da força de trabalho americana, elas recebem em média US\$0,61 para cada US\$1,00 recebido pelos homens. Logo, as mulheres trabalham próximas aos lares, também porque não dispõem de recursos para fazê-lo em locais mais distantes da cidade.

Um outro aspecto recorrente na literatura internacional é a inserção diferenciada que homens e mulheres têm no mercado de trabalho. Neste sentido, temas como a segmentação ocupacional por gênero, entendido como a concentração de trabalhadores em determinados setores ou ocupações e segregação espacial das mulheres chefes de domicílio ganham evidência.

Hanson e Pratt (1991) exploram a realidade do mercado de trabalho na região metropolitana de Worcester, Massachusetts, que é marcada por pronunciadas diferenças entre homens e mulheres. Inicialmente detectou-se que os trabalhadores masculinos têm em média 14.1 anos de escolaridade, contra 13.7 das mulheres. Encontrou-se também um abismo salarial, uma vez que os homens recebiam, em média, por hora US\$15,45, enquanto as mulheres não passavam de US\$ 9,34 por hora.

Jones e Kodras (1990) examinam a dimensão geográfica da feminização da pobreza nos Estados Unidos. Os autores discutem o crescimento do fenômeno e revelam um forte padrão concentrador, encontrando-se as mulheres chefes de domicílio abaixo da linha da pobreza, sobretudo na porção sul dos Estados Unidos. Três explicações são ofertadas para o crescente fenômeno: a reestruturação familiar, mudanças no sistema de bem estar social e o próprio status da mulher no trabalho.

A partir da realidade australiana, Smith (1990) examina os diferenciais entre salário e acesso ao mercado imobiliário de chefes de família homens e mulheres. Os resultados apontam que para as várias categorias de capital humano, os homens auferem consistentemente maiores salários que as mulheres. Por outro lado, detectou-se que as mulheres, independente da idade, apresentam-se na condição de donas dos imóveis que ocupam, ao passo que os homens tendem a desproporcionalmente a alugar e a viver em apart-hotéis.

No Brasil a atenção às questões relacionadas aos diferenciais de gênero também têm sido objeto de investigação, sobretudo entre os pesquisadores vinculados à Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP). Dentre as maiores preocupações destes cientistas figuram as formas diferenciadas de inserção no mercado de trabalho.

Kon (2002), explorando a realidade do mercado de trabalho brasileiro, afirma que a segmentação por gênero tem raízes profundas na histórica divisão de trabalho do país. Neste contexto, as mulheres tendem a predominar nas atividades de escritório ou burocráticas, bem como em outros serviços.

Analisando o mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo, Montali e Lopes (2003) indicam que a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho vem se evidenciando como fator importante na alteração dos arranjos familiares de inserção. No decorrer da década, cresce também a importância da contribuição das mulheres na composição dos rendimentos familiares, tornando-se responsáveis por parcelas crescentes dos rendimentos das famílias.

Segundo Leone (2002), desde a década de 60, as mulheres têm adquirido maior espaço na sociedade e maior igualdade social,

conquistando direitos individuais e reprodutivos que culminaram com uma maior autonomia, facilitando assim a sua inserção no mercado de trabalho. Fato é que, o crescimento da participação feminina tem se dado de maneira sustentada, sobretudo entre as mulheres de 25 anos e mais, destacando-se, entre elas, as cônjuges. Entretanto, é curioso constatar que as diferenças de trabalho masculino e feminino vêm diminuindo, não tanto pela capacidade das mulheres de entrarem no mercado reservado aos homens, mas pela redução deste último e pela participação conjunta de homens e mulheres nos precários empregos que hoje o mercado de trabalho oferece a ambos os sexos.

Analisando os mercados de trabalho metropolitanos do sudeste e nordeste brasileiros, Camargo e Dedecca (2002) chegam a conclusões similares. O autores afirmam que mesmo nos desfavoráveis mercados de trabalho metropolitanos reafirmou-se a tendência de crescimento da participação econômica da mulher durante os anos 90. Esta se deu, no mais das vezes, em ocupações mais precárias, fato percebido seja quando se analisam os setores com maior capacidade de incorporação do trabalho feminino, seja quando se considera a evolução e os diferenciais de níveis de rendimento/hora. Deve-se reconhecer, entretanto, que as condições desvantajosas desse processo de incorporação aos mercados metropolitanos de trabalho não decorreram das condições estruturais de inserção da mulher na vida econômica, mas sim do medíocre comportamento da economia que reduziu acentuadamente as oportunidades de trabalho tanto para os homens como para as mulheres.

Debruçando-se sobre a realidade salarial do mercado de trabalho do estado do Rio de Janeiro, Carvalho e Barreto (2002) trazem resultados importantes. A análise do período 1996-1999 revela que, apesar da redução do

valor real médio dos trabalhadores, a disparidade entre o salário de homens e mulheres reduziu de 57%, em 1996, para 45%, em 1999. A análise conjuntural evidencia que todos os trabalhadores perderam, em termos reais, o poder de seus salários, no entanto, os homens perderam mais, explicando assim a queda na redução dos diferenciais no período considerando.

Novellino (2002) trabalha com o conceito de 'feminização da pobreza', que representa a idéia de que as mulheres estão ficando mais pobres do que os homens. Segundo a autora, a pauperização das mulheres tem sido relacionada ao aumento na proporção de famílias chefiadas por mulheres. Ao estudar a realidade do Rio de Janeiro, Novellino (op.cit.) centrou foco em dois tipos de família: o de chefia masculina com cônjuge e o de chefia feminina sem cônjuge. Os resultados revelam que, de modo geral, a qualidade de vida das famílias mais pobres parece ser igualmente desfavorável, independente do gênero do chefe da família.

3. O uso de indicadores no planejamento urbano

A formulação de indicadores para subsidiar o planejamento urbano tem sua origem na crescente preocupação por parte de instituições, governos e organismos internacionais com as condições de vida das populações em aglomerados urbanos. O aprofundamento do processo de exclusão social, pobreza e violência urbana aliados aos grandes problemas de habitação, transporte, infraestrutura e acesso a serviços, bem como à degradação ambiental crescente nas cidades provocada pelos impactos decorrentes do processo de urbanização, colocam em cheque a sustentabilidade do desenvolvimento humano (Diniz et al. 2003).

Neste contexto, uma das preocupações centrais, tanto no campo dos estudos ambientais quanto sociais, refere-se a formulação de instrumentos para orientar organismos governamentais na definição de políticas públicas que resultem na melhoria da qualidade de vida nas cidades. Em especial, observa-se, a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano em 1972, o aprofundamento da discussão em torno da necessidade da formulação de indicadores urbanos que sirvam de subsídio ao planejamento no processo de tomada de decisões e, ao mesmo tempo, sejam úteis ao monitoramento da qualidade de vida nas cidades. A partir da divulgação do Índice de Desenvolvimento Humano (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 1992), desenvolveram-se diversas outras experiências de formulação de indicadores. No Brasil, vêm sendo elaborados, desde 1995, diversos índices urbanos compostos por indicadores calculados para o município como um todo, possibilitando o estabelecimento de comparações interurbanas, úteis ao planejamento urbano em nível estadual e regional.

Entretanto, para o planejamento municipal, sobretudo em grandes cidades, é essencial que os indicadores apontem as diferenças/disparidades dentro do espaço da cidade, sinalizando a localização espacial prioritária das políticas, recursos e investimentos públicos. Como se busca o dimensionamento da qualidade de vida que a cidade oferece aos moradores em cada um dos seus diferenciados espaços, a aferição deve estar centrada no local urbano, possibilitando a percepção espacializada das prioridades, além da setorial. Para tanto, os indicadores devem estar georreferenciados em unidades espaciais intraurbanas, propiciando o diagnóstico espacial e setorial da situação enfocada. Este é o caso do Sistema de

Indicadores Urbanos de Belo Horizonte, que contém o Índice de Qualidade de Vida Urbana¹ (IQVU) e o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)², ambos construídos como instrumentos auxiliares do planejamento da cidade.

Esses índices trazem informações preciosas que permitem a reconstrução do contexto no qual as diferenças entre chefes de domicílio homens e mulheres acontece. A análise isolada dos indicadores que compõem esses índices pode também ser instrutiva no sentido de se mensurar em que medida variáveis conjunturais encontram-se espacialmente associadas à distribuição de homens e mulheres chefes de domicílio no contexto de Belo Horizonte.

4. Metodologia

Para materializar os objetivos do presente estudo trabalhou-se com três fontes de dados principais. Os resultados do censo demográfico de 2000 forneceram dados georeferenciados sobre a condição dos chefes de domicílio, bem como um conjunto de variáveis de cunho infra-estrutural, demográfica e social. Duas publicações forneceram também importantes dados conjunturais sintetizados em dois índices: IQVU e IVS.

O IQVU está composto por indicadores de oferta de serviços e recursos urbanos, georeferenciados em 81 unidades espaciais intraurbanas denominadas Unidades de Planejamento (UP's) (Figura 1). Seus indicadores estão centrados no lugar urbano e expressam grande diversidade de temas -

Abastecimento, Assistência Social, Cultura, Educação, Esportes, Habitação, Infraestrutura Urbana, Meio Ambiente, Saúde, Serviços Urbanos e Segurança Urbana - propiciando um diagnóstico espacial multidimensional da qualidade de vida na cidade. O valor final obtido para o IQVU em cada unidade intra-urbana sinaliza onde investir prioritariamente na cidade; complementarmente, o valor obtido para cada uma de suas variáveis temáticas, indica em que investir para elevar a qualidade de vida nos locais considerados prioritários (Nahas *et al*, 1997). Divulgado pela primeira vez em 1996, o IQVU vem sendo utilizado progressivamente no planejamento e gestão da cidade.

O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) de Belo Horizonte foi elaborado em 1999 no contexto do Mapa da Exclusão Social da cidade (Nahas *et al*, 1999). Composto por 11 (onze) indicadores georeferenciados nas mesmas UP's, o IVS procura dimensionar o quanto à população de cada lugar está vulnerável à exclusão social. Empregando indicadores populacionais ou domiciliares busca expressar o acesso da população a determinadas "Dimensões de Cidadania". O cálculo do IVS produziu uma hierarquização das UP's permitindo identificar onde reside a população mais vulnerável. O seu desdobramento nos diversos níveis de agregação temática possibilita a identificação dos aspectos em que a população de cada UP está mais vulnerável. Produz-se, assim, uma informação sobre a cidade que é conceitualmente complementar à do IQVU. O IVS é importante ferramenta para a definição e avaliação do impacto de políticas públicas, em especial

¹ O IQVU foi elaborado em parceria pela Secretaria Municipal de Planejamento de Belo Horizonte e por uma equipe multidisciplinar de pesquisadores da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1996).

² O IVS é o elemento central do Mapa da Exclusão Social de Belo Horizonte, elaborado através da mesma parceria institucional acrescida da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2000).

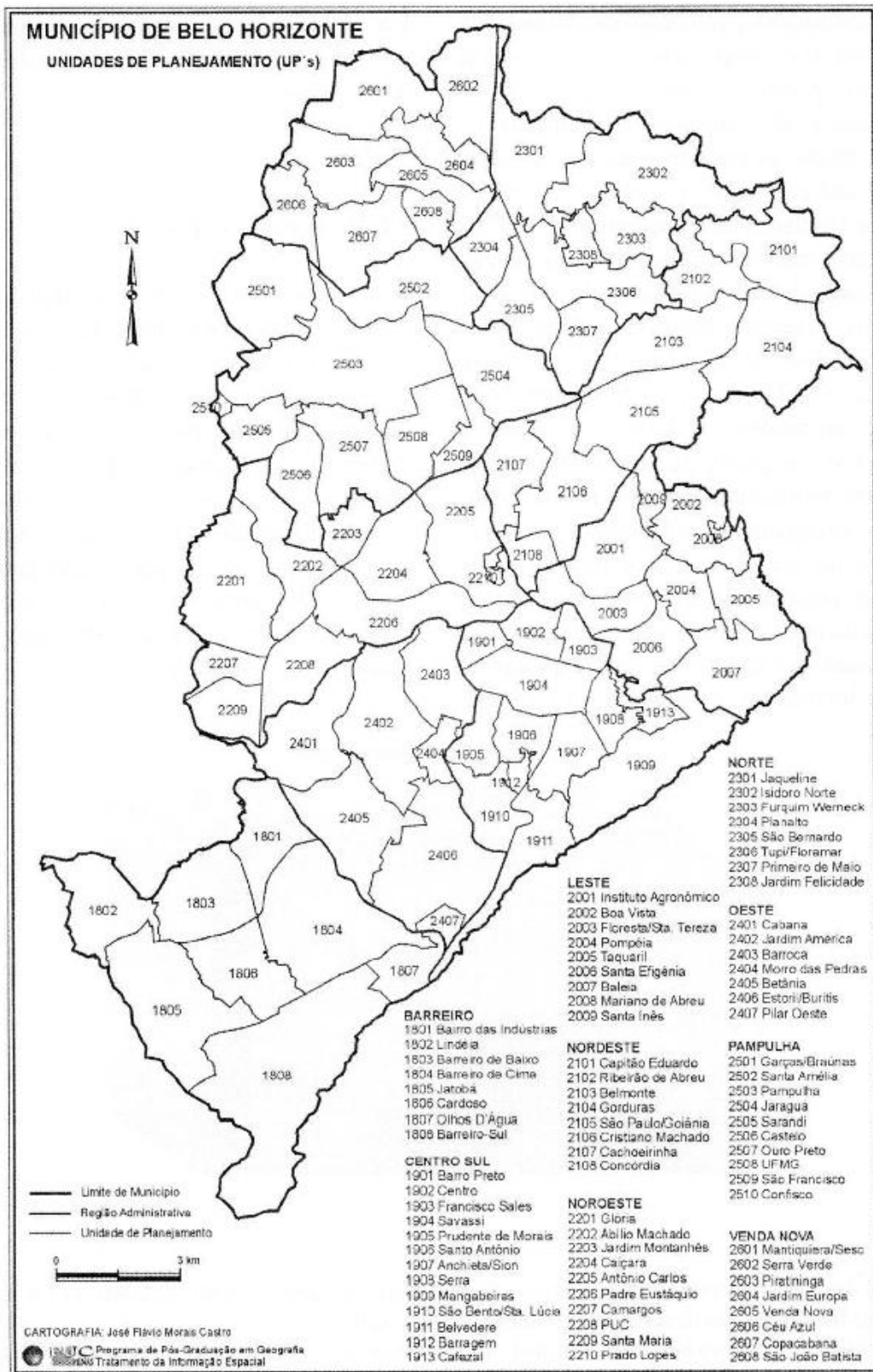


Figura 1

aquelas destinadas à população mais vulnerável.

Uma vez compilados os dados, deu-se início ao processo de organização e sistematização dos mesmos que culminaram com a formação de um banco de dados. Neste processo, utilizou-se como unidade mínima de análise as Unidades de Planejamento³ (UP's). Deu-se então início as análises com a produção de estatísticas descritivas a partir das variáveis de gênero, visando conhecer melhor a sua distribuição, bem como contrastar a condição de homens e mulheres chefes de família. Num segundo momento, trabalhou-se com o mapeamento dos chefes de família masculinos e femininos, bem como os seus diversos recortes, com o fito de explorar a sua distribuição espacial. Com base no banco de dados anteriormente explicitado produziu-se um conjunto de mapas temáticos do tipo coroplético⁴, tendo em vista o caráter zonal dos fenômenos aqui explorados. Por fim, buscou-se através de correlações

Personianas compreender o contexto infra-estrutural e social no qual os chefes de domicílio se encontram.

5. Resultados

5.1 Análise descritiva

Corroborando uma tendência mundial, as mulheres são mais numerosas que os homens em Belo Horizonte, perfazendo 52,76% do total da população (Figura 2). Por outro lado, apesar da crescente participação feminina no mercado de trabalho, apontada por diversos autores, os homens continuam a ser responsáveis pela maioria dos domicílios da capital. Note-se que 67,85% dos domicílios particulares permanentes de Belo Horizonte são chefiados por homens, enquanto as mulheres são responsáveis pelos outros 32,16% (Figura 3).

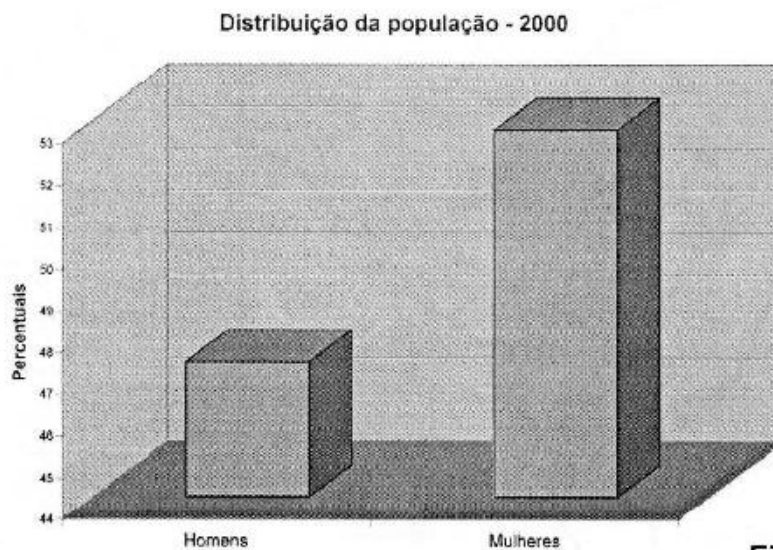


Figura 2

³ Definidas como instrumentos de planejamento pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, as UP representam conjuntos de bairros dotados de certa homogeneidade física e social.

⁴ O mapa coroplético explora uma série de valores visuais crescentes ou uma seqüência de matizes que aproveita a propriedade de ordem das cores para representar valores absolutos ou relativos referentes a unidades observacionais (Cuff e Mattson, 1982).

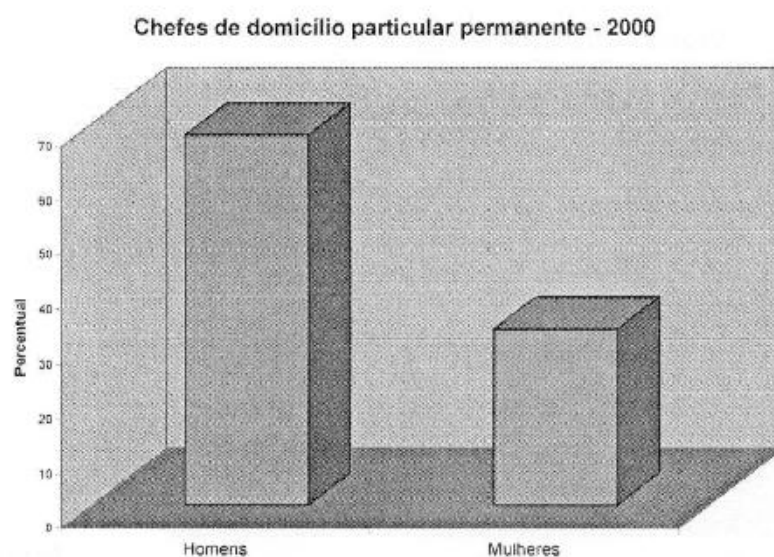


Figura 3

Em relação ao quesito escolarização, o Censo 2000 revela que ao todo, 7,67% da população de Belo Horizonte com idade igual ou superior a cinco anos é analfabeta. No entanto, enquanto o percentual de homens encontra-se abaixo da média geral, sendo iletrados apenas 6,98% da população masculina, a proporção de mulheres analfabetas é sensivelmente maior: 8,27% (Figura 4). A condição de escolaridade desfavorável que caracteriza a população feminina, como um

todo, é estendida às mulheres chefes de domicílio. Note-se que enquanto 93,26% dos homens chefes de domicílio são alfabetizados, 88,53% das mulheres encontram-se na mesma situação (Figura 5). Quando se leva em consideração a população responsável por domicílios, a discrepância entre os gêneros é consistente. Note-se que a escolaridade média dos homens é de 8,17 anos, enquanto a das mulheres é de 7,07 anos (Figura 6).

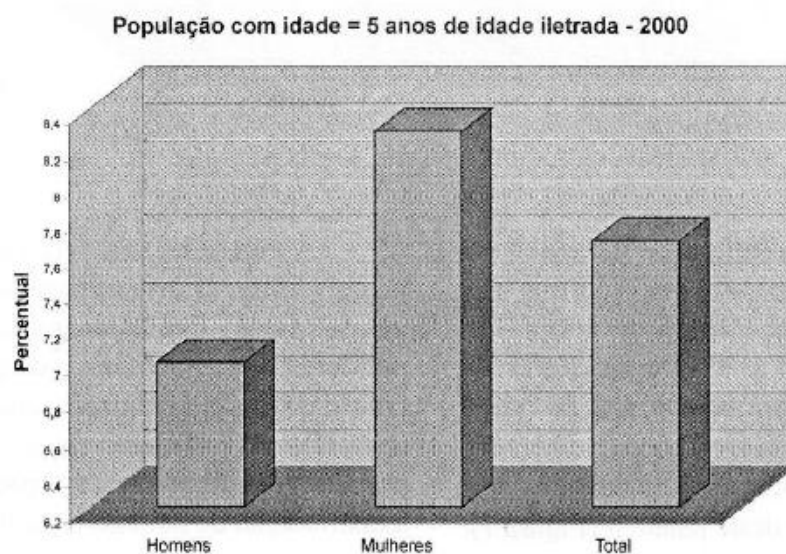


Figura 4

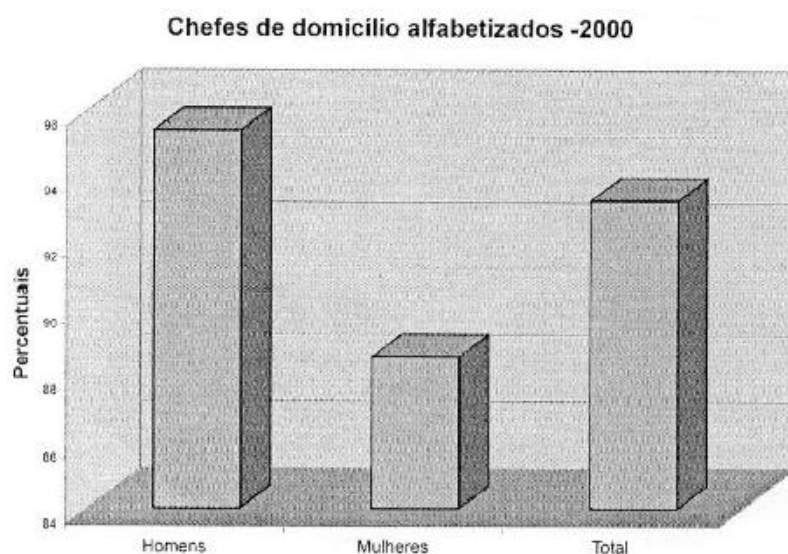


Figura 5

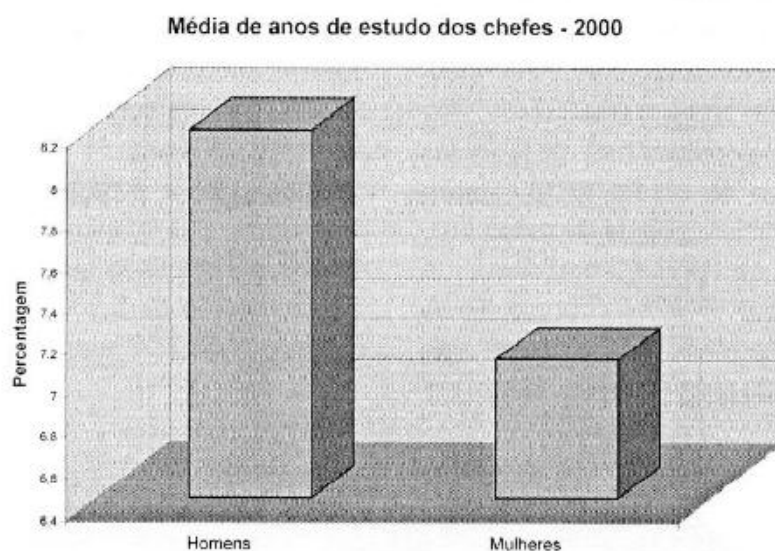


Figura 6

Outro dado revelador da distância social entre os gêneros masculino e feminino é a distribuição de renda entre os chefes de domicílio. Enquanto as mulheres chefes de domicílio predominam nas faixas de renda inferiores, até dois salários mínimos, os homens estão proporcionalmente concentrados nas faixas salariais acima deste patamar (Figura 7).

A análise descritiva nos revela inequivocamente que o elemento feminino vem sendo preterido, demonstrando comparativamente aos homens, posições inferiores tanto em relação à educação, quanto em relação à renda. A próxima seção revela ainda pronunciadas discrepâncias espaciais em relação à distribuição de homens e mulheres chefes de domicílio.

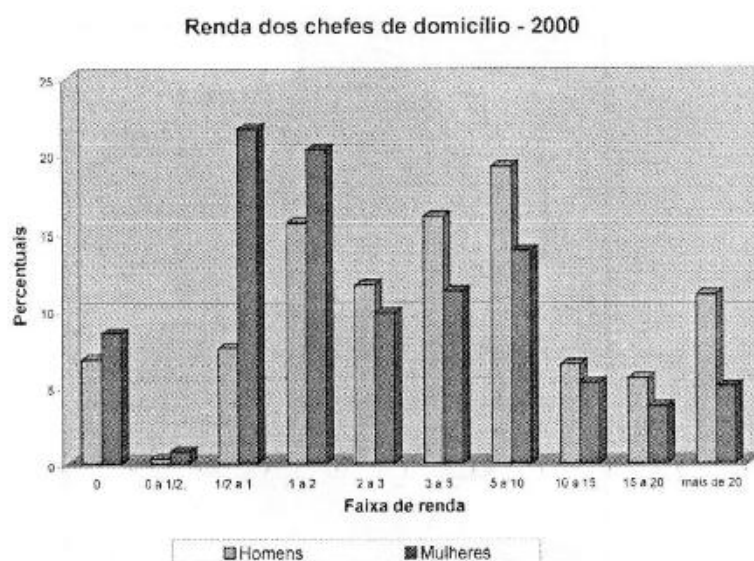


Figura 7

5.2 Contexto geográfico

No que diz respeito à distribuição espacial, não se percebe nenhum padrão específico de distribuição populacional para os homens e mulheres de Belo Horizonte. Parece haver uma distribuição proporcional entre as duas classes de gênero que acompanha a própria distribuição da população total (Figuras 8, 9 e 10). Note-se que existe uma forte concentração populacional na região do Barreiro, extremo sul de Belo Horizonte, bem como em algumas áreas isoladas como as UP's São Paulo/Goiânia e Cristiano Machado, na regional Nordeste; e Copacabana, Mantiqueira/SESC e Piratininga na regional Venda Nova.

Quando se analisa a distribuição espacial de homens e mulheres iletrados (com idade igual ou superior a cinco anos), encontra-se um padrão muito semelhante (Figuras 11 e 12). Nota-se que os analfabetos de ambos os sexos apresentam-se concentrados nas extremidades setentrional e oriental do município, sobretudo nas UP's Isidoro Norte, Capitão Eduardo, Gorduras, Belmonte, Ribeiro de Abreu e Furquim Werneck

ao norte e nas UP's Baleia, Taquaril, Cafezal a Leste. Por outro lado, a exceção da UP's favelizadas, aquelas localizadas na regional Centro-Sul são as que apresentam os menores percentuais de analfabetos.

Por outro lado, nota-se uma clara diferença na distribuição espacial dos chefes de domicílio masculino e feminino (Figuras 13 e 14). Os homens apresentam um padrão mais periférico, localizando-se nas bordas do município, com destaque para as unidades de planejamento que apresentam um padrão de renda mais elevado, como é o caso das UP's Belvedere, Mangabeiras, Pampulha e Buritis. Já as mulheres demonstram um padrão eminentemente concentrado, sobretudo no entorno imediato da área central da cidade, com destaque para as UP's Floresta/Santa Tereza, Centro e Francisco Sales.

Entretanto, quando se introduz o quesito escolaridade, as diferenças espaciais tendem a desaparecer entre os chefes de domicílio. Note-se que o percentual do conjunto de chefes de domicílio, bem como dos chefes de domicílio homens e mulheres alfabetizados apresentam

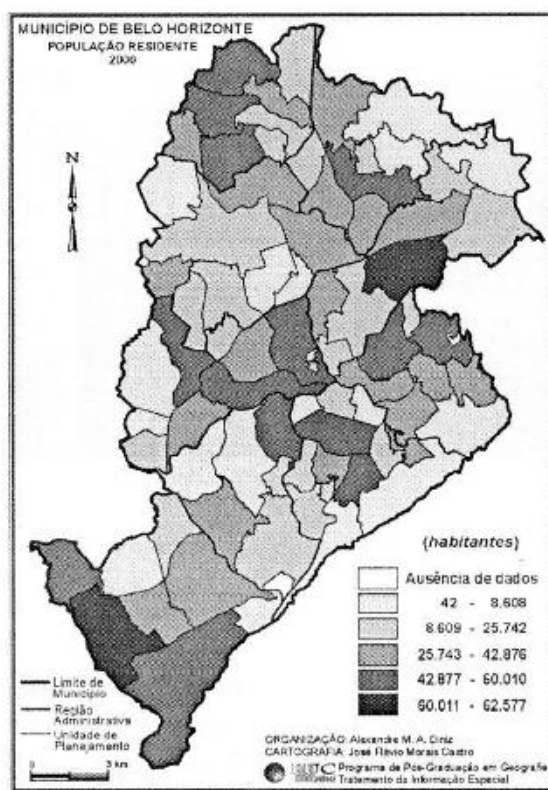


Figura 8

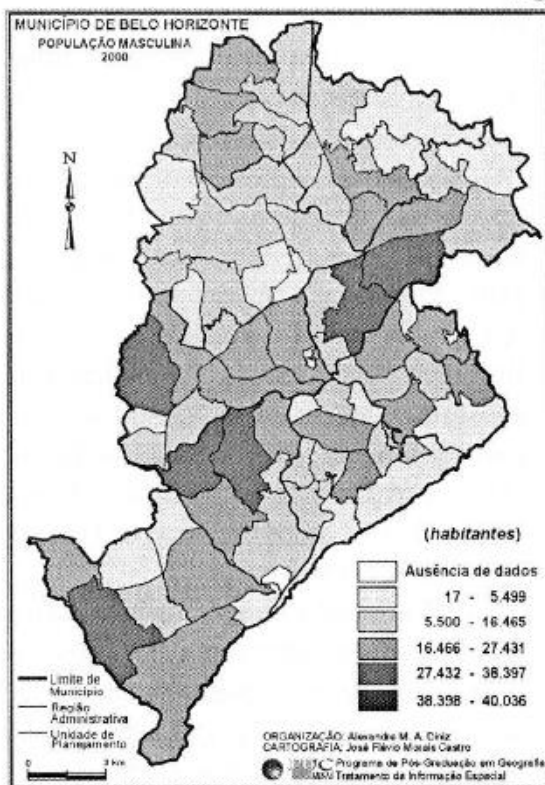


Figura 9

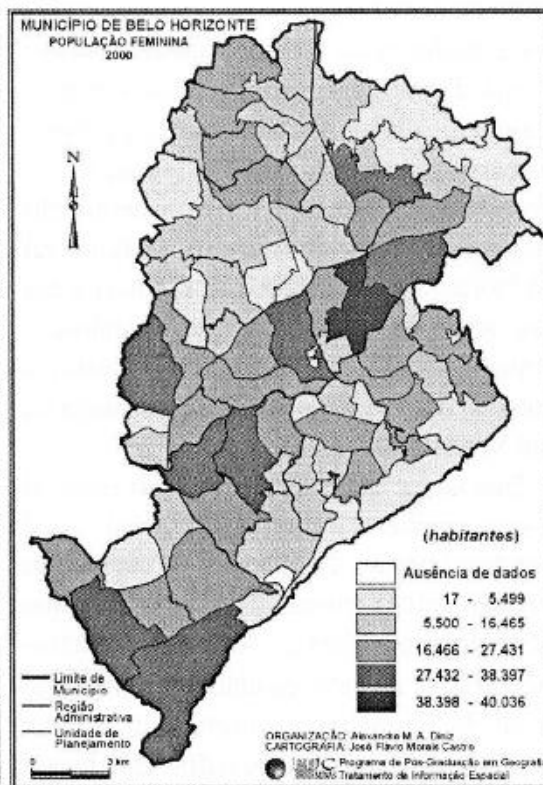


Figura 10

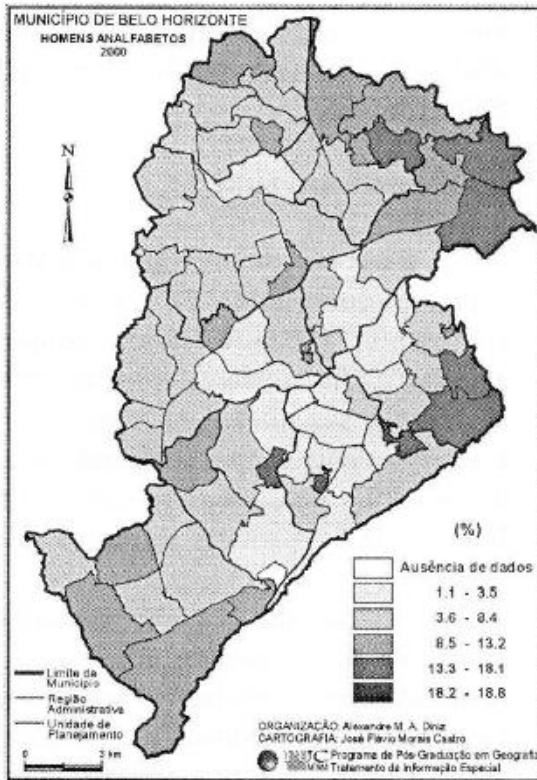


Figura 11

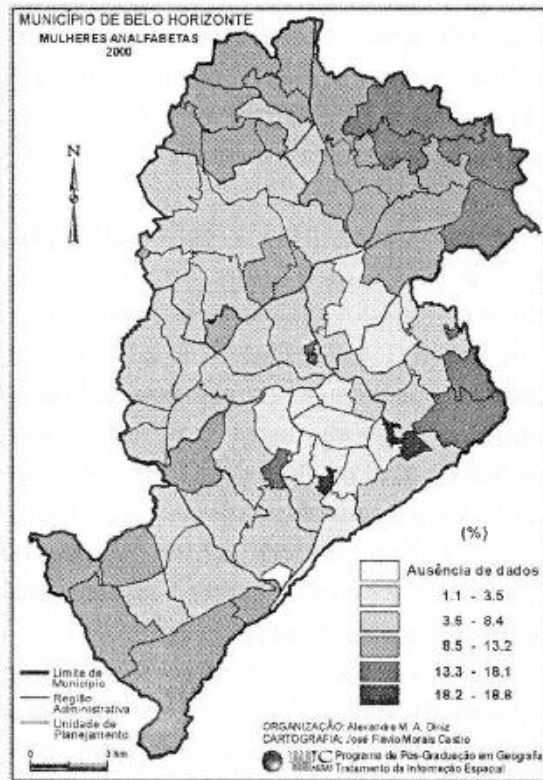


Figura 12

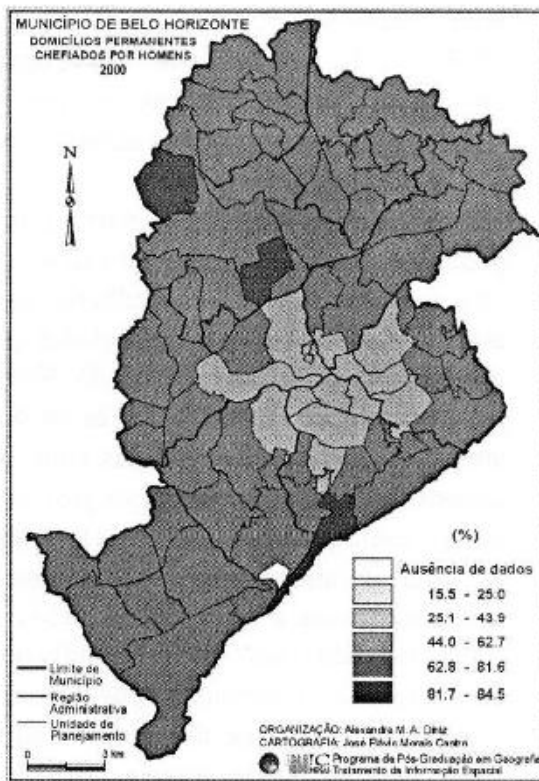


Figura 13

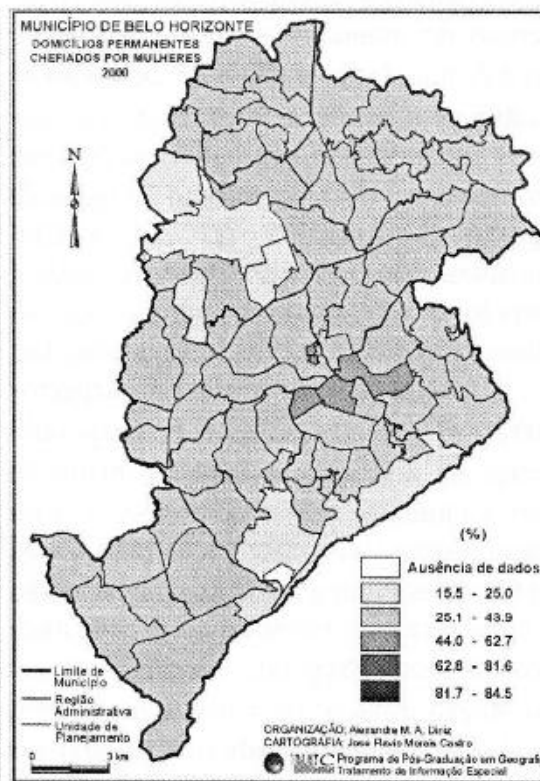


Figura 14

uma espacialização muito similar, com uma forte concentração na parte central do município e a medida em que se desloca em direção às periferias essa proporção é reduzida (Figuras 15, 16 e 17).

Perde-se também a espacialização específica entre os chefes de domicílio masculino e feminino quando se trabalha com a média de anos de estudo (Figuras 18 e 19). Desta feita, porém, encontra-se um padrão ainda mais concentrado, com destaque para a regional Centro-Sul na qual os chefes de domicílio com mais de 10 anos de escolaridade se concentram, enquanto as UP's periféricas, sobretudo aquelas localizadas na Regional Norte, apresentam baixos níveis médios de escolaridade.

Quando se trabalha com faixas de renda dos chefes de domicílio, percebe-se uma pronunciada diferenciação espacial. Enquanto os chefes de domicílio com renda até três salários mínimos encontram-se concentrados nas faixas periféricas do município (distribuição muito similar à da população analfabeta), os chefes de domicílio com renda acima de 10 salários mínimos encontram-se agrupados na regional Centro-Sul e nas UP's no entorno da lagoa da Pampulha (Figuras 20, 21, 22 e 23). Entrementes, o mesmo padrão de distribuição é encontrado para dos chefes de domicílio homens e mulheres nas duas faixas de renda analisadas.

A análise espacial revela dois aspectos importantes. Primeiro, uma pronunciada diferença na distribuição espacial bruta de homens e mulheres chefes de domicílio. Este fenômeno merece uma observação mais detida com o fito de explorar o contexto no qual se dão essas concentrações, tarefa que será executada na próxima sessão. Segundo, a medida em que a distribuição espacial de homens e mulheres chefes de domicílio é cotejada com as variáveis renda e escolaridade, o padrão espacial diferenciado entre os sexos deixa de existir,

atestando a importância dessas variáveis na distribuição da composição sócio-espacial de Belo Horizonte.

5.3 Fatores correlatos

Para se compreender a distribuição espacial dos chefes de família em Belo Horizonte, realizou-se um conjunto de correlações Pearsonianas entre as variáveis % de domicílios chefiados por homens e mulheres e variáveis contextuais, utilizando-se o censo demográfico de 2000 bem como os índices IQVU e IVS. A tabela 1 traz os principais resultados.

No que diz respeito à condição de aquisição do imóvel no qual residem, os resultados das correlações indicam que os homens chefes de domicílio estão localizados em contextos onde predominam imóveis em processo de aquisição ou que foram cedidos aos seus ocupantes. Por outro lado, as mulheres chefes de domicílio encontram-se correlacionadas positivamente com imóveis locados, o que indicaria uma certa desvantagem em relação aos homens.

Apesar de demonstrarem certa precariedade no que diz respeito ao processo de aquisição de imóveis, as mulheres chefes de domicílio encontram-se privilegiadas quando o quesito infra-estrutura é explorado. Note-se que o percentual de mulheres chefes de domicílio apresenta correlações positivas com as várias dimensões estudadas, com destaque para acesso a esgotamento sanitário, coleta de lixo, rede geral de água, iluminação pública e pavimentação. Essa tendência é confirmada pelos índices sociais estando o percentual de mulheres chefes de domicílio correlacionadas positivamente com o índice de qualidade de vida urbano (Figura 24) e negativamente correlacionadas com o índice de vulnerabilidade social (Figura 25).

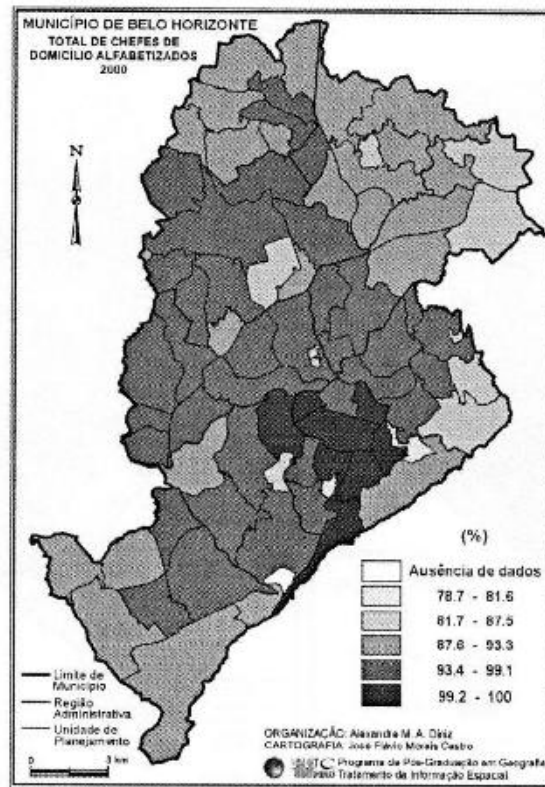


Figura 15

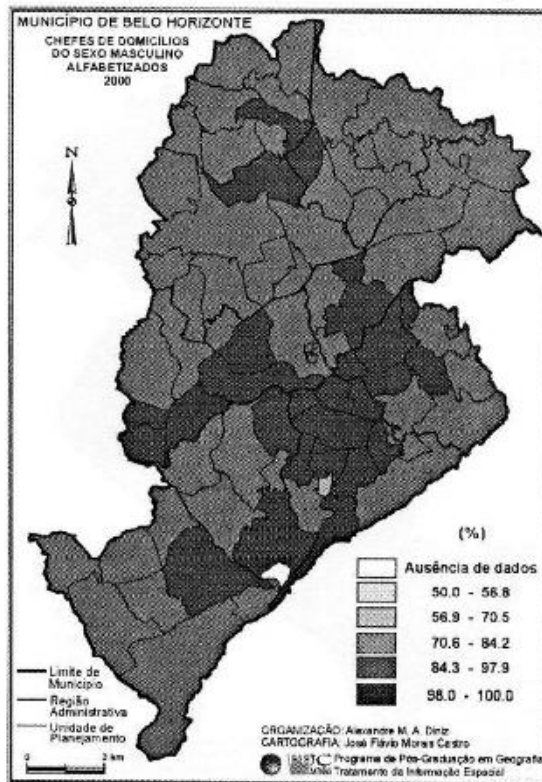


Figura 16

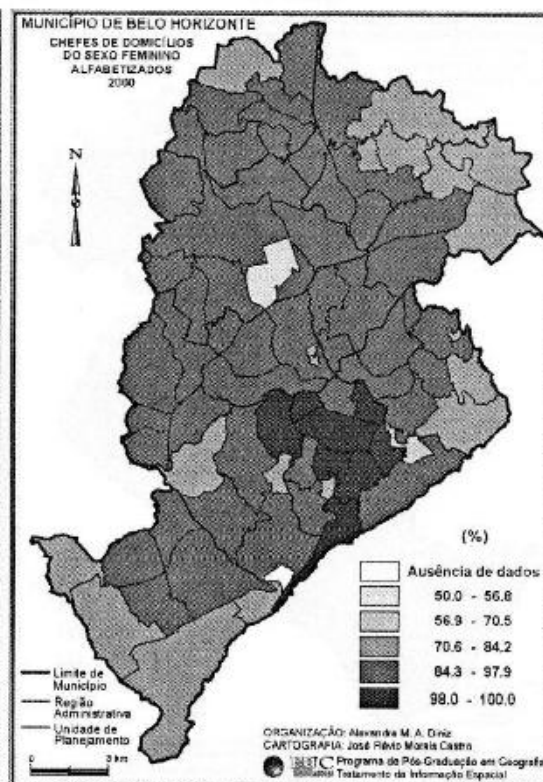


Figura 17

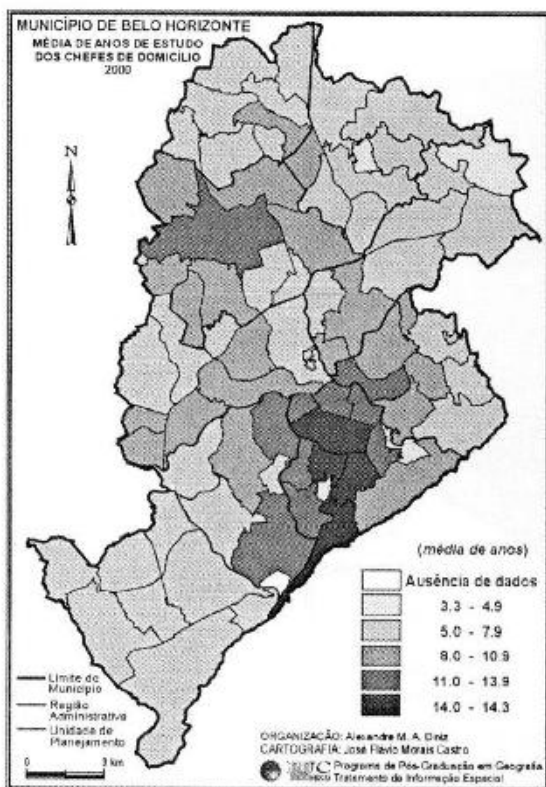


Figura 18

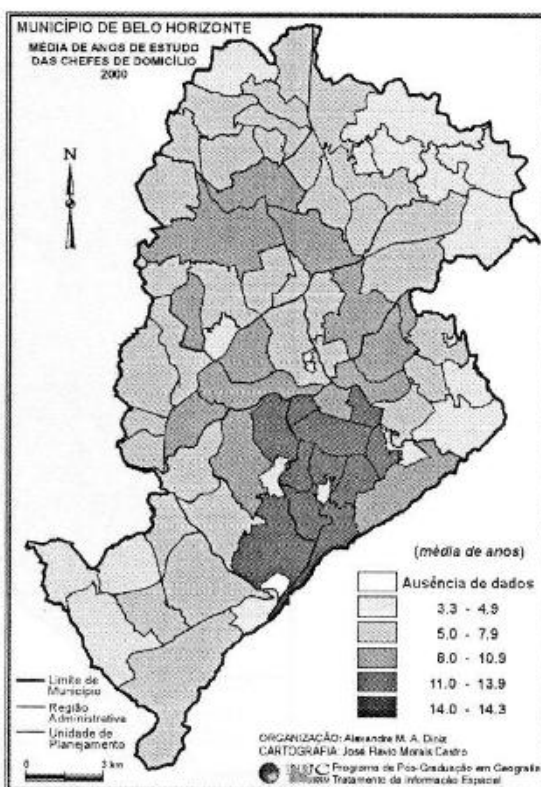


Figura 19

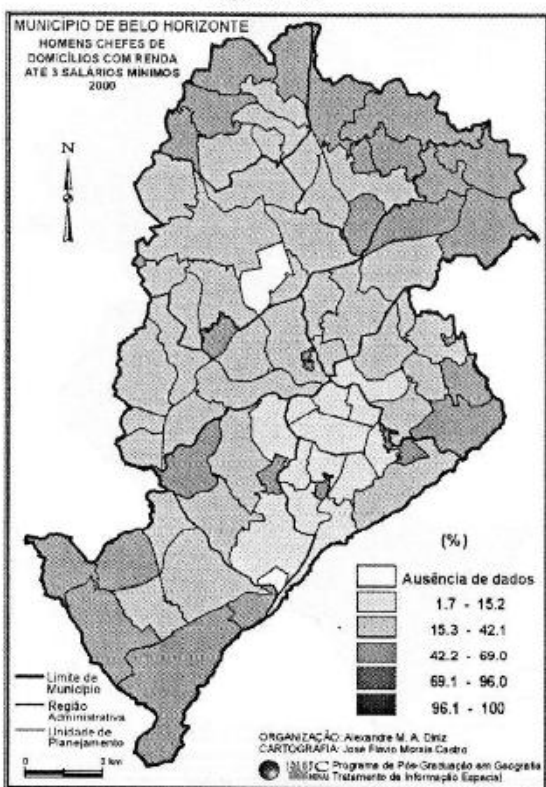


Figura 20

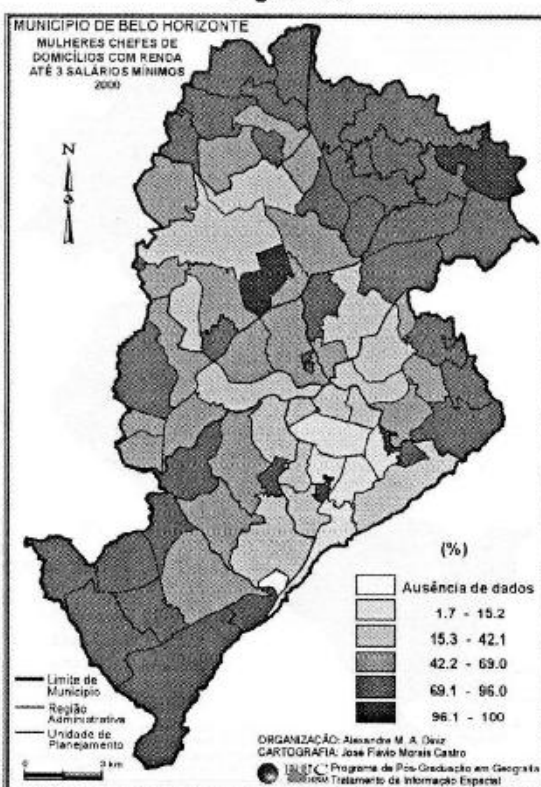


Figura 21

Tabela 1 - Coeficientes de correlação de Pearson (r)

Variáveis independentes	% de domicílios chefiados por homens	% de domicílios chefiados por mulheres
Condição de ocupação do imóvel		
% de Domicílios próprios em aquisição (IBGE 2000)	0,234*	-0,234*
% de Domicílios próprios alugados (IBGE 2000)	-0,496**	0,496**
% de Domicílios próprios cedidos (IBGE 2000)	0,314 **	-0,314 **
Infra-estrutura local		
% de Domicílios com acesso à rede geral de água (IBGE 2000)	-0,273*	0,273*
% de Domicílios com acesso a esgotamento sanitário (IBGE 2000)	-0,475**	0,475**
% de Domicílios com acesso à coleta de lixo (IBGE 2000)	-0,356**	0,356**
% de Domicílios com acesso à iluminação pública (PBH 1996)	-0,273*	0,273*
% de Domicílios com acesso à pavimentação (PBH 1996)	-0,233*	0,233*
Índices sociais		
IQVU (PBH 1996)	-0,234*	0,234
IVS (PBH 1996)	0,231*	-0,231*

* $\alpha=0.05$ ** $\alpha = 0.01$

6. Conclusão

As conquistas sociais empreendidas pelas mulheres nas últimas décadas são significativas, dentre elas figuram a crescente inserção no mercado de trabalho. Porém, a literatura especializada revela que esta inserção tem-se dado em caráter precarizado no qual a segmentação por gênero e a crescente feminização da pobreza são fatores correlatos.

Este trabalho oferece evidências que em alguma medida dão suporte à tese da precarização da condição social das mulheres brasileiras, sobretudo as chefas de domicílio. Quando comparadas aos homens, as mulheres de Belo Horizonte apresentam um nível de escolaridade mais baixo, bem como se apresentam concentradas em faixas de renda inferiores.

Contrariando a tese da condição social precarizada, o presente trabalho revela que do ponto de vista espacial as mulheres chefes de domicílio encontram-se concentradas, sobretudo, no entorno do centro da cidade, estando assim inseridas em contextos mais atraentes que os homens, gozando de maior acesso à infra-estrutura urbana como água, esgoto, coleta de lixo, iluminação pública e pavimentação. Esta disposição espacial é corroborada pelas correlações com o Índice de Qualidade de Vida Urbana ao qual as mulheres chefes de domicílio são positivamente associadas, bem como o Índice de Vulnerabilidade Social ao qual estão negativamente relacionadas.

As experiências norte-americana e brasileira fornecem subsídios para compreender esta concentração espacial. Sendo grande parte

das mulheres responsáveis por domicílios detentoras de responsabilidades múltiplas, as cercanias dos locais de trabalho são priorizadas na escolha do local de domicílio. Por outro lado, não se pode esquecer que no centro da cidade está concentrada boa parte dos empregos no setor terciário, sobretudo da administração, no qual as mulheres abundam.

No entanto, esta análise se prende a processos que são visíveis em termos meso-espaciais. Próximos estudos deveriam explorar os processos que acontecem no interior das unidades espaciais com a finalidade de aprofundar a compreensão acerca desta intrigante concentração de mulheres chefes de domicílio na área central da cidade.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Adriana S. Camargo; DEDECCA, Claudio Salvadori. 2002. Gênero, Migração e Trabalho nos Mercados Metropolitanos das Regiões Nordeste e Sudeste. Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.
- CARVALHO, Alexandre Pinto; BARRETO, Roberta Guedes. 2002. Diferenciais de Salário: o lugar da mulher no mercado de trabalho. Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.
- CNPD. 1999. Cairo + 5: O caso Brasileiro. Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento.
- CUFF, David; MATTSON, Mark. 1982. Thematic Maps. Their design and production. New York, Methuen.
- DINIZ, Alexandre. et al. 2003. Análise Espacial da Violência Urbana em Belo Horizonte: uma proposta metodológica a partir de informações e indicadores georeferenciados. Anais do X Encontro Nacional da ANPUR. Belo Horizonte 26 a 30 de Maio. CD rom.
- GOBER, Patricia 1994. Why Abortion Rates Vary: A Geographical Examination of the Supply of and Demand for Abortion Services in the United States in 1988. *Annals of the Association of the American Geographers* 84 (2), pp. 230-250.
- GRUNTFEST, Eve. 1990. *Geographic Perspectives on Women*. Pp. 673-683.
- HANSON, Susan. 1992. Geography and Feminism: Worlds in Collision?. Presidential Address. *Annals of the Association of the American Geographers*, 82(4) 569-586.
- HANSON, Susan; JOHNSTON, Ibiipo. 1985. *Urban Geography*. Vol. 6(3). Pp. 193-219.
- HANSON, Susan; PRATT, Geraldine. 1988. Reconceptualizing the Links Between Home and Work in Urban Geography. *Economic Geography* Vol. 64(4) pp.299-321
- HANSON, Susan; PRATT, Geraldine. 1991. Job Search and the Occupational Segregation of Women. *Annals of the Association of the American Geographers* 8 (12), pp. 229-253.
- JONES, John; KODRAS, Janet. 1990. *Restructured Regions and Families: The Feminization of Poverty in the U.S.* *Annals of the Association of American Geographers* 80 (2) pp. 163-183.
- KON, Anita. 2000. Qualificação e Trabalho: atributos de gênero e segmentação no Brasil. Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira

de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.

LEONE, Eugenia Troncoso. 2002. Mudanças no Trabalho da Mulher na Região Metropolitana de São Paulo nos Anos 90. Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.

McDOWELL, Linda. 1993 a. Space, place and gender relations: Part I. Feminist empiricism and the geography of social relations. *Progress in Human Geography* 17,2 pp.157-179.

McDOWELL, Linda. 1993 b. Space, place and gender relations: Part II. Identity, difference, feminist geometries and geographies. *Progress in Human Geography* 17,3 pp.305-318.

MONTALI, Lilia; LOPES, Giovana. 2003. Relações Familiares e Trabalho Feminino na Região Metropolitana de São Paulo na Década de 90. Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado

em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. 2002. Feminização da pobreza no Rio de Janeiro, Brasil (1992-1999). Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.

PICKUP, Laurie. 1992. Women's Gender-Role and its Influence on Travel Behavior. *Built Environment*. Vol. 10 (1) pp. 61-68.

ROSENBLOOM, Sandra; BURNS, Elizabeth. 1989. Gender Differences in Commuter Travel in Tucson: Implications for Travel Demand Management Programs. *Transportation Research Record* 1404 pp.82-90.

SMITH, Susan 1990. Income, Housing Wealth and Gender Inequality. *Urban Studies*, Vol. 27(1), pp. 67-88.

VALENTINE, Gill. 1990. Women's Fear and the Design of Public Space. *Built Environment* Vol. 16 (4) pp. 288-302.(Footnotes)

